

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVIII • Nº 398 • Brasília-DF • Setembro 2017

Uma estrada para o genocídio

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a devastadora onda de invasões na Terra Indígena Karipuna, em Rondônia, se trata de um "imminente caso de genocídio". Centenas de hectares foram ocupados por grileiros apenas neste ano. Acuados, os Karipuna olham para as árvores marcadas pelos madeireiros e dizem: "Não só elas estão marcadas para o abate: nós que denunciamos esse crime também"

Páginas 8 e 9

Taxa de atentados contra a própria vida entre indígenas é a maior do país

Página 5

Tudo sai da floresta na Terra Indígena Maró

Página 11

Presidente da Funai dá poucas explicações sobre as investigações do massacre de isolados no Javari

Francisco Loebens, Equipe de apoio do Cimi aos Povos Indígenas Isolados

O presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas, or Manaus, no dia 27 de setembro, e em reunião com parlamentares na Assembleia Legislativa do Amazonas foi inquirido sobre o andamento das investigações sobre o possível massacre, com características de genocídio, de indígenas isolados ocorrido no mês de agosto, no rio Jandiatuba, no interior da terra indígena do Vale do Javari. Suas explicações, sobre um sobrevoo realizado pela Funai com apoio da Polícia Federal de do Exército, onde os indígenas isolados teriam sido avistadas numa aldeia em clima de normalidade, sem dar outros detalhes da investigação, trazem enormes preocupações e interrogações sobre o futuro dos povos indígenas isolados no vale do Javari.

Tudo indica que o presidente da Funai estava se referindo ao sobrevoo realizado no alto rio Jutai, onde existem informações sobre um massacre que teria ocorrido em 2014. Transcorridos três anos, não é de estranhar que num sobrevoo se constatasse aparente normalidade na aldeia dos indígenas isolados dessa região.

É impensável que as investigações no rio Jandiatuba sobre o massacre de agosto/2017 se limitem a sobrevoos e que até esse momento nenhuma investigação tenha sido feita pelo rio e por terra, sobretudo quando se

sabe que a operação de combate ao garimpo ilegal, no final do mês agosto, só se deu no baixo curso deste rio, distante da área habitada pelos indígenas isolados da terra indígena do Vale do Javari.

“A gente conseguiu chegar em cinco dragas, saindo do Solimões. Fechamos a foz do Jandiatuba com embarcação do Exército, ninguém entrava e ninguém saía. E fomos subindo. Andamos dois dias de viagens. O rio Jandiatuba tem muita curva, não conseguimos chegar nas outras dragas, que estavam muito para dentro do rio”, disse Loss, que também é chefe da Divisão Técnica da Superintendência do Ibama no Amazonas em entrevista ao portal Amazônia Real.

A operação identificou 16 dragas de extração de ouro no rio Jandiatuba. Significa que nove não foram alcançadas, justamente aquelas que se localizam no alto Jandiatuba, nas proximidades da ocorrência de povos indígenas isolados. Por isso permanecem todas as condições para que novos massacres possam ocorrer.

Já passou da hora das autoridades virem a público explicar o que efetivamente está sendo feito para apurar a denúncia sobre o massacre do mês de agosto e que medidas de proteção aos povos indígenas isolados do Vale do Javari estão sendo tomadas, particularmente no rio Jandiatuba e no rio Jutai, que são as vias de acesso para a região onde existe o maior número destes povos.

Porantinadas

O general em seu labirinto

O militar Franklimberg Ribeiro de Freitas, o presidente retrô da Funai, é um general do Exército comandado por civis que preferem ver a Amazônia nas mãos de estrangeiros do que com áreas destinadas aos nativos desta terra. Ao aceitar presidir a Funai, o general entrou em um labirinto. Não consegue dar respostas a nada, apenas atende a pauta de um governo abaixo da linha do meio fio e sendo do Exército não demonstrou preocupação com a notícia de invasores em áreas remotas da Amazônia, como no caso do Vale do Javari, que ainda traz consigo fortes indícios de um massacre contra índios isolados chamados de “flecheiros”.

Agroquadrilha

O agronegócio tem vários de seus líderes comprometidos com malfeitos. De desvios de recursos, grilagem, caixa dois e até exploração sexual infantil. Blairo Maggi, por exemplo, garante que não sabia que em uma de suas fazendas, com mais de uma dezena de pistas para aviões de pequeno porte, subiam e desciam regularmente aeronaves envolvidas com atividades criminosas. Na Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Câmara Federal vem a denúncia do novo golpe da quadrilha: contrabando de receituário para a compra agrotóxicos. A fraude consiste em conseguir autorizações ilegais para a aquisição de veneno, além da cota estipulada por lei.

Encontro de Produção Agrícola Indígena

Se você pensa que se trata de uma atividade convocada pelos povos indígenas, se engana. A bancada ruralista da Câmara Federal é quem puxou a atividade, escalando organizações indígenas sem convite prévio - ou seja, mentindo quanto ao caráter do evento. A desfaçatez da política contemporânea justifica certo ódio social a ela. A manipulação despudorada da opinião pública se tornou o principal “fazer político”. Não se revela mais as intenções e os objetivos, se trata de forjar. Isso não é teatro, é atitude torpe. E cruel: quem deseja retirar os povos indígenas de suas terras tem quais intenções ao chamar tal discussão? Produção agrícola se faz às margens das estradas? Em confinamento ou sem terra, não se planta comida.

POSSÍVEL MASSACRE DOS ISOLADOS DO VALE DO JAVARI.

GAROTO, VAMOS INVESTIGAR O OCORRIDO, COMO SE CHEGA LÁ?



É LOGO ALÍ. DEPOIS DA PALMEIRA O SENHOR VIRA À ESQUERDA...

MELHOR NÃO, A ESTRADA ESTÁ MUITO RUIM...



Funai executa apenas 22% do orçamento destinado à demarcação e proteção de povos isolados

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

Conforme o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai) liquidou, até a primeira quinzena de setembro, apenas 22% da dotação atual destinada à Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Isolados. Faltando pouco mais de três meses para o encerramento do ano, do total de R\$ 18.723.448 o órgão indigenista utilizou apenas R\$ 4.199.586.

O montante não utilizado pela Funai até o término do ano orçamentário será devolvido ao tesouro da União. A baixa execução dos recursos soma-se a informações trazidas durante esta semana por servidores do órgão indigenista, em face ao massacre de indígenas em situação de isolamento voluntário no Vale do Javari (AM) - investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Em carta destinada ao presidente da Funai, o general Franklimberg Ribeiro, técnicos da Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) e das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs), "conforme proposta de distribuição interna de recursos para o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) - 2018, encaminhada recentemente pela gestão da Funai, o orçamento previsto para a política pública direcionada aos povos isolados e de recente contato, para o ano de 2018, será cerca de 60% menor em comparação com a PLOA de 2015".

Organizações indígenas e indigenistas também se posicionaram demonstrando acentuada preocupação de que o massacre ocorreu incentivado pelo crescente sucateamento da Funai, envolvendo a redução "drástica" de recursos dispostos à execução da política pública voltada aos isolados - a rubrica se destina ainda à demarcação de terras indígenas, o que revela ainda um outro flanco de vulnerabilidade dos povos.

"Caso o orçamento destinado à operacionalização das FPEs não seja imediatamente readequado em função de nossas atribuições regimentais, ocorrerá o fechamento de Bases e paralisação geral das atividades das FPEs, acarretando num aumento vertiginoso de invasões ilegais aos territórios ocupados pelos



Crianças indígenas na Praça dos Três Poderes, em Brasília, durante protestos contra o marco temporal e por Demarcações Já!

povos indígenas isolados", reforçam os servidores em carta destinada à direção da Funai.

Atualmente, 11 frentes de proteção aos isolados atuam na Amazônia Legal Brasileira: FPE Awá (MA), FPE Médio Xingu (PA), FPE Cuminapanema (PA e AP), FPE Yanomami/Ye'kuana (RR e AM), FPE Waimiri-Atroari (AM), FPE Madeira-Purus (AM), FPE Vale do Javari (AM), FPE Envira (AC), FPE Uru-Eu-Wau-Wau (RO), FPE Guaporé (RO) e FPE Madeirinha-Juruena (MT).

Baixa execução + congelamento

A baixa execução orçamentária revela as prioridades da política indigenista estatal sob a batuta do governo Michel Temer. A ela se associam outras medidas

adotadas pós-impeachment, a partir do Palácio do Planalto. Ao sancionar a Emenda à Constituição que congelou os gastos públicos pelos próximos 20 anos, Temer condenou os povos indígenas a investimentos em políticas públicas, incluindo aí a proteção de terras de isolados e demarcações, cada vez menores e desidratados. Os números traduzem a matemática do genocídio.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) aponta que em 2016 o orçamento da Funai representou 0,018% do Orçamento Geral da União. "Cerca de 90% desse total está comprometido com a manutenção da estrutura do órgão, com pagamento de salários, infraestrutura, aluguéis", conclui estudo do Inesc. Olhando em perspectiva, a então chamada PEC dos Gastos, conforme o Inesc, fará com que os R\$ 25 gastos com cada indígena, em 2016, sejam reduzidos às moedinhas do troco do pão.

Em nota técnica publicada antes da aprovação da então PEC 55, o Inesc alertava: "Por isso, podemos dizer que, se a PEC 55 for aprovada, em 20 anos teremos, na melhor das hipóteses, um orçamento equivalente ao valor, em termos reais, de trinta 30 anos atrás. Mas pode ser pior, porque se olharmos para 2017, que seria o primeiro ano de vigência da PEC, sequer a correção de 7,2% em relação ao orçamento de 2016 foi garantida". Tal realidade já é vivenciada nas aldeias.

Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) causa indignação "a mutilação da FUNAI, mais especificamente sobre o fechamento das Frentes de Proteção Etnoambiental e corte drástico dos recursos do órgão indigenista estatal". Em nota pública, a Apib afirma que o "desmonte da FUNAI é interesse dos grandes políticos que continuam saqueando nossos recursos, direitos territoriais e de existência, é interesse daqueles que defendem a mineração em terras indígenas e vêm loteando as diretorias da FUNAI para seu interesse próprio". ♦



Malocas de povos isolados na Terra Indígena Vale do Javari (AM)

Sesai demitirá 10 mil servidores não concursados até o final do ano; Lei da Terceirização força mudanças

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

A saúde indígena está em vias de sofrer transformações como consequência da Lei da Terceirização, sancionada pelo Palácio do Planalto em março deste ano. Para se adaptar à nova legislação, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) cancelará até o dia 31 de dezembro os contratos vigentes com as três entidades que prestam o serviço nas aldeias dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's) do país. Cerca de 10 mil servidores não concursados, entre indígenas e não-indígenas, serão demitidos até o final do ano.

Durante o encontro da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi), ocorrida em Brasília entre 30 de agosto e 1 de setembro, ocasião em que a agenda de mudanças foi apresentada, o governo prometeu que os 10 mil demitidos devem ser re-contratados pelas novas entidades terceirizadas celebradas pelos chamamentos públicos - estimados para a partir de outubro. O movimento indígena, ao contrário, reivindica a "constituição de grupo de trabalho, com a nossa participação, para traçar uma proposta de um modelo de atenção à saúde indígena" (Apib, 2016).

Na prática, a execução da política pública já é terceirizada para os indígenas, e continuará da mesma forma. No entanto, hoje o monopólio está com a Missão Caiuá, administradora de 19 DSEI's, e com o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP) e a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), que cuidam dos demais distritos. O desejo da Sesai, organismo vinculado ao Ministério da Saúde, é que mais entidades façam parte do quadro de terceirizadas ampliando também o espectro da iniciativa de terceirização nos novos contratos. Pelos corredores do Ministério da Saúde, porém, há quem acredite que nada desta agenda ocorrerá terminando com a prorrogação dos atuais contratos para o fim de 2018. Em face da conjuntura desfavorável às populações que mais necessitam das políticas públicas, servidores concursados da Sesai torcem para que mudanças mais profundas sejam tratadas apenas com o próximo governo.

O fato é que a saúde indígena vem sofrendo sucessivas tentativas de rearranjos, desde a transição da Funasa e passando pelo governo Dilma Rousseff, para não enfrentar uma alternativa rechaçada pelo Executivo. "Na verdade estão fazendo uma engenharia para burlar aquela recomendação do MPF (Ministério Público Federal) sobre a necessidade de concursos públicos para todos os servidores, prestadores de serviços e funcionários. O concurso atenderia especificidades indígenas locais para não gerar desvantagens aos indígenas. Como o governo não vai fazer, a Lei da Terceirização se tornou o caminho mais viável para esta operação", analisa o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul e integrante da Cisi, Roberto Liebgott.

Fontes consultadas pela reportagem entendem ainda a medida como uma estratégia para ampliar o acesso aos recursos do governo para a saúde indígena, atendendo assim interesses políticos limitados pelo atual monopólio - o que o governo de Dilma Rousseff também tentou. Em 2017, o orçamento da Sesai atingiu R\$ 1,6 bilhão. A intenção, conforme estas fontes, seria se apoderar da forma mais direta possível do orçamento da saúde indígena. O contexto, de acordo com a análise, é de que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, está sem musculatura política, enquanto o governo de Michel Temer não tem limites em adotar medidas que atendam a interesses nada republicanos pela falta de certeza se consegue chegar ao fim; a saída seria aproveitar ao máximo o tempo que lhes resta.



Mapa mostra a distribuição dos 34 DSEI's pelo país

Primeira experiência: DSEI Amapá/Norte do Pará

O primeiro a ter um chamamento público aberto sob os novos moldes foi o DSEI Amapá/Norte do Pará, processo que ainda está em curso. O planejamento da Sesai, exposto na reunião da Comissão, prevê que nesta semana, a última do mês, os outros 33 editais ficarão prontos e abertos com o intuito de atrair, prioritariamente, Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público (Oscip) para a saúde indígena. Aprovadas, assumem em 1 de janeiro de 2018. O objetivo é que até o final do ano novos contratos estejam celebrados em consonância à Lei da Terceirização - antes dela havia súmulas da Justiça Federal que, por exemplo, permitiam apenas terceirização para atividades-meio; Michel Temer liberou para qualquer atividade.

No caso do DSEI Amapá/Norte do Pará, o MPF, em junho do ano passado, cobrou a Sesai sobre a contratação imediata de profissionais para composição de vagas em atendimentos médicos nas aldeias - o déficit, à época, era de 400 profissionais. O fato é que os contratados dos prestadores de serviços se encerrava em dezembro daquele ano e por lei não podiam ser renovados. Em julho deste ano a situação seguia na Justiça Federal com a determinação de prorrogação dos antigos contratos. Nesse meio tempo, Temer sancionou a Lei da Terceirização. Dessa forma, o DSEI se tornou o primeiro a entrar nesta nova modalidade.

Apesar do MPF atuar no caso para garantir a efetivação da política pública terceirizada, o DSEI Amapá/Norte do Pará atende mais de 12 mil indígenas que estavam sem o serviço, o entendimento dos procuradores é de que a melhor maneira do governo federal atender a acentuada demanda é pelo concurso público. A terceirização teve início em 12 de agosto de 2011, após terminada a transição que decretou o fim da Funasa, quando foi publicado pela Sesai o edital de chamamento público nº 01/2011 visando a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para execução, por meio de convênios, das ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas.

Para os procuradores 6ª Câmara do MPF, responsável pela questão indígena, o chamamento regularizou a terceirização. Em 2012 ações foram impetradas pelos procuradores em todo o Brasil. Se questionava que, neste primeiro chamamento, apenas uma entidade foi aprovada para cuidar de todo o país. Aos poucos a Sesai foi se adequando às recomendações, mas sempre convicta no caminho da terceirização e buscando maneiras de fugir do concurso público.

Em recente tentativa, entre os anos de 2014 e 2015, a Sesai realizou um amplo trabalho de convencimento nas

aldeias para a ideia da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi). A tensão prevaleceu: na compreensão de lideranças indígenas, MPF e organizações indigenistas a proposta ia além da terceirização completa, mas propunha uma espécie de privatização da saúde indígena, pois o Insi passaria a ser contratado pela Sesai para prestar o serviço da política pública; o Instituto, por sua vez, seria gerido por Oscip's.

O Insi não seria obrigado a cumprir as exigências dos processos públicos de licitação, contratação de profissionais via concurso público e não estaria sob a jurisdição da Justiça Federal. A Procuradoria da República apontou à época que era proibido pela Constituição Federal esse tipo de serviço complementar porque ele não poderia ser realizado com recursos públicos. A Advocacia-Geral da União (AGU) pensava diferente. A proposta do Insi acabou enviada ao Congresso no formato de Projeto de Lei, que nunca chegou a ser votado.

#OcupeSesai

Em fevereiro deste ano, a Articulação Nacional dos Povos Indígenas (Apib) organizou o movimento #OcupeSesai contra a terceirização da política pública. Numa quarta-feira, dia 22, o prédio do Ministério da Saúde, em Brasília, foi ocupado por quase 500 indígenas. Na ocasião, as lideranças defenderam o Subsistema de Saúde Indígena, criticaram as mudanças propostas ventiladas pelo governo federal e afirmaram que a postura só serviria para alocar nos quadros da Sesai indicações político-partidárias. Os indígenas se opunham à municipalização ou privatização, propondo discutir um sistema nacional para a execução da política pública.

Os protestos vinham ocorrendo desde o final de 2016. Em novembro, a Apib e o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FCondisi) emitiram nota contra a retirada da autonomia dos DSEI's. Em determinado momento, as entidades se expressaram: "Está claro é a tentativa desenfreada e desrespeitosa desse governo de impor como novo modelo de gestão da atenção à saúde indígena a celebração de convênios junto a Organizações Sociais - O.S, proposta que rechaçamos de forma veemente". E seguiu pedindo pela "continuidade dos serviços de saúde, por meio da prorrogação dos convênios até dezembro de 2017".

Conforme destacou a indígena Sônia Guajajara, durante o #OcupeSesai deste ano, "a criação da SESAI foi o nosso principal instrumento para a gestão da Política de Atenção à Saúde Indígena. É notório que muitos desafios ainda precisam ser superados, dentre estes desafios destacamos a necessidade de estruturação de uma política de valorização e incentivo da mão de obra qualificada na saúde indígena junto às nossas comunidades". ♦

Taxa de mortalidade envolvendo atos contra a própria vida é maior entre indígenas, aponta boletim

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

O primeiro Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil, divulgado no dia 22 de setembro pelo Ministério da Saúde, informa que os maiores índices de mortalidade estão entre os povos indígenas. A taxa entre os índios é quase três vezes maior (15,2), a cada 100 mil habitantes, do que o registrado entre os brancos (5,9) e negros (4,7), aponta o boletim. A divulgação dos números abarca um período de óbitos e tentativas de suicídios entre 2011 e 2016.

Entre os jovens indígenas está o maior número de suicídios. A faixa etária de 10 a 19 anos concentra 44,8% dos óbitos - brancos e negros possuem a mesma porcentagem, 5,7%. Em pelo menos mais uma faixa etária, o suicídio entre os indígenas é maior: dos 20 aos 29 anos, correspondendo a 30% dos registros ante quase 20% de brancos e negros. Na medida em que a idade avança para os indígenas, o índice cai: entre 30 e 39 anos, 15%; 40 a 49 anos, 10%; 50 a 59 anos, 5%; 60 em diante, menos de 5%.

As mulheres indígenas também possuem taxas mais elevadas de óbitos por atentados contra a própria vida (7,7) se comparado com mulheres brancas (2,7) e negras (1,9). Entre os homens, no entanto, a quantidade de suicídios é bem mais acentuada: 23,1 - brancos (9,5) e negros (7,6). Os indígenas correspondem a 0,47% da população do Brasil, com 896.917 indivíduos (IBGE,2010). Dessa maneira, o suicídio entre as populações indígenas é considerado um sério problema de saúde - sobretudo porque está concentrado na infância, adolescência e juventude.

O suicídio entre crianças e jovens indígenas no Brasil, por exemplo, foi classificado como pandemia



Renato Santana/Cimi

por pesquisa do Programa de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso). O relatório 'Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil', divulgado em junho de 2016, aponta que em ao menos um município, 100% do total de suicídios entre indígenas ocorreu na faixa dos 10 e 19 anos. Dos 17 municípios com número igual ou superior a 10 mil crianças e jovens - critério para o levantamento - , com alta densidade populacional indígena, 327 indígenas acima dos 20 anos se suicidaram entre 2009 e 2013. Desse total, 163 crianças e adolescentes tiraram a própria vida - quase a metade do número final e a maioria em relação às demais faixas etárias reunidas.

"Vemos nos municípios arrolados que os suicídios na faixa de 10 a 19 anos representam entre 33,3%, em São Gabriel

da Cachoeira (AM), e 100%, em Tacuru (MS), do total de suicídios indígenas, verdadeira situação pandêmica de suicídios de jovens indígenas", destaca trecho do relatório. No Mato Grosso do Sul, a pesquisa aponta 5,2% suicídios de crianças e jovens por 100 mil habitantes. No Amazonas, a taxa é de 4,0%. A mortandade suicida nestes estados é puxada de forma trágica pelas crianças e jovens indígenas, conforme constataram os pesquisadores. AM e MS são os que mais possuem municípios envolvidos no suicídio entre a faixa etária do estudo.

Um estudo das Nações Unidas (ONU) de 2009 coloca o suicídio dos jovens indígenas em um contexto de discriminação, marginalização, colonização traumática e perda das formas tradicionais de vida, mas adverte sobre a complexidade dos fatores que intervêm na transmissão desses traumas entre gerações na forma de

comportamento suicida. "A marginalização desses jovens tanto em suas próprias comunidades, ao não encontrar nelas um lugar adequado às suas necessidades, quanto nas sociedades envolventes, pela profunda discriminação, forja um sentimento de isolamento social que pode conduzir a reações autodestrutivas do ponto de vista ocidental", diz trecho do estudo.

Setembro Amarelo

O Ministério da Saúde decidiu pelo lançamento este mês devido ao Setembro Amarelo, período de campanha determinado para a prevenção e a importância da conscientização sobre o assunto. Conforme a amostragem, o número de suicídios aumentou sendo a quarta principal causa de morte no país. ♦

STF determina volta à prisão de fazendeiros envolvidos em ataque a indígenas no Mato Grosso do Sul

Secretaria de Comunicação Social da PGR

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a prisão preventiva de cinco fazendeiros acusados de envolvimento em um ataque a indígenas no Mato Grosso do Sul, em junho do ano passado. O ataque à comunidade Tey Kuê, na Fazenda Yvu, localizada em Caarapó/MS deixou um morto e oito feridos - a edição 396 do Porantim publicou reportagem especial sobre um ano depois do massacre.

Na decisão do dia 26 de setembro, os ministros entenderam que não há ilegalidade nas prisões que justifique a atuação do STF e reverteu liminar que havia sido concedida em outubro de 2016, de forma monocrática pelo ministro Marco Aurélio.

Em sustentação oral, o subprocurador-geral da República Humberto Jacques afirmou que o caso envolve "uma perfeita sucessão de invasões sobre um solo onde quem primeiro pisou foram os indígenas". Segundo ele, "essas pessoas sofreram um atentado com espingardas e grande violência por uma milícia organizada por fazendeiros".



Fábio Rodrigues Pozzebom

Indígenas protestam em Brasília pedindo fim da impunidade

O subprocurador-geral destacou que houve mortes, nesse e em outros episódios registrados no Mato Grosso do Sul, a ponto de o Ministério Público Federal montar a Força-Tarefa Avá-Guarani para tentar pacificar a situação. Na avaliação do coordenador da FT, o procurador da República Marco Antônio Delfino, "a decisão do STF é acertada e reconheceu a periculosidade dos envolvidos".

Entenda o caso

Em outubro do ano passado, o MPF, por meio da força-tarefa Avá Guarani denunciou à Justiça Federal em Dourados cinco proprietários rurais envolvidos na retirada forçada de indígenas da Fazenda Yvu, em Caarapó (MS). Os fazendeiros respondem por formação de milícia armada, homicídio qualificado, tentativa de homicídio qualificado, lesão corporal, dano qualificado e constrangimento ilegal. As penas podem chegar a 56 anos e 6 meses de reclusão.

Segundo as investigações, os denunciados organizaram, promoveram e executaram o ataque à comunidade Tey Kuê no dia 14 de junho. Cerca de 40 caminhonetes, com o auxílio de três pás carregadeiras e mais de 100 pessoas, muitas delas, armadas, retiraram à força um grupo de aproximadamente 40 índios Guarani Kaiowá da propriedade ocupada - que incide sobre a Terra Indígena Dourados Amambai Peguá.

A prisão preventiva foi declarada pela Justiça Federal em Dourados em julho de 2016. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e Superior Tribunal de Justiça (STJ) já haviam negado pedidos de liminar em HC. ♦

Organizações brasileiras denunciam políticas anti-indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Assessoria de Comunicação - Cimi

O Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) ouviu no dia 20 de setembro uma carta lida por liderança indígena Guarani e Kaiowá e acompanhada por grupo de organizações - Anistia Internacional, FIAN Internacional, Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, Conectas, Aty Guasu e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - denunciaram a situação de ataques aos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Levando ao conhecimento internacional as medidas anti-indígenas do governo Temer, eles cobraram a estruturação de políticas efetivas “através da constituição de um novo patamar de convivência descolonizada, entre os Povos Indígenas, os Estados Nacionais e demais atores sociais”.

Em documento entregue à ONU, o grupo de organizações da sociedade civil relata às instâncias internacionais o sucateamento da Fundação Nacional do Índio (Funai); a ineficiência do Conselho Nacional de Políticas Indigenista (CNPI), adjetivado como paternalista, ao não cumprir com sua função de controle social das políticas voltadas aos povos indígenas; a paralisação nas demarcações das Terras Indígenas (TIs) e os alarmantes casos de suicídio entre os Guarani e Kaiowá, “devido à falta de perspectiva e políticas preventivas, por não haver seus territórios tradicionais”.

“Enquanto o Governo Brasileiro continuar negociando os direitos indígenas, consequentemente suas vidas, suas terras, junto à setores do agronegócio, como forma de garantir sua sobrevivência política, em meio aos escândalos de corrupção, o Brasil não nos parece ter a mínima condição de exemplificar boas práticas”, encerra o texto.

Incidência Internacional

A incidência internacional integra um conjunto de iniciativas efetivadas pela sociedade civil organizada para cobrar do Brasil o cumprimento das recomendações recebidas pelo país na Revisão Periódica Universal (RPU), no final de maio. Na revisão, que analisa a atuação do Estado frente às políticas ligadas a Direitos Humanos, 29 países mostraram-se preocupados com as políticas anti-indígenas assumidas pelo governo brasileiro.

O grupo brasileiro na Europa, que conta com Voninho Benites Pedro, liderança Guarani Kaiowá, membro



Lideranças indígenas e organizações indigenistas participam de encontro na ONU

do conselho Aty Guassu e do Conselho Continental da Nação Guarani, viajará participando de atividades nas capitais políticas europeias - Genebra, na Suíça, e Bruxelas, capital da Bélgica.

Após a visita de parlamentares europeus ao Conselho Aty Guasu, em dezembro do ano passado, Voninho Benites dá seguimento às denúncias numa perspectiva de cobrar da União Europeia (UE) sua parcela de responsabilidade com o avanço da violência sobre as comunidades Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul (MS). Através das exportações, UE financia o agronegócio brasileiro, segundo a delegação. O tema será debatido em Bruxelas com euro-parlamentares.

Flávio Vicente Machado, missionário do Cimi MS e representante do organismo no encontro, observa as agendas como oportunidade para responsabilizar o Estado brasileiro sobre os perigos que cercam a vida dos povos indígenas no país.

“Denunciamos o desmantelamento, por corte de orçamento, das instituições governamentais que são responsáveis pelas políticas indígenas. Também, o parecer da Advocacia Geral da União (AGU) assinado por Michel Temer que paralisa as demarcações de terras indígenas. Isso tudo ocorre em um contexto onde se revela o possível massacre dos povos isolados na Amazônia”, avalia.

Memória e resistência

Durante o diálogo interativo com Victoria Tauli-Corpus, relatora especial da ONU sobre direitos dos povos indígenas, Voninho Benites, ao solicitar medidas urgentes sobre a “grave crise humanitária” enfrentada pelos Guarani Kaiowá, fez memória do massacre de

Caarapó, quando fazendeiros atacaram o acampamento da retomada, apoiados por jagunços e pistoleiros uniformizados e encapuzados.

“Venho da Terra Indígena Dourados-Amambaí I. Há um ano sofremos um terrível massacre. Cerca de 50 caminhonetes com fazendeiros fortemente armados atacaram nossa comunidade deixando diversos feridos e um de nossos agentes de saúde, Clodiodi, foi morto com dois tiros enquanto atendia os feridos”. O ataque foi resposta da retomada ocorrida no dia 12 de junho, onde Clodiodi Guarani e Kaiowá, ao lado de outros 300 indígenas do povo, retomou uma área de 490 hectares da Fazenda Yvu, incidente sobre o tekoha.

Há quase um ano, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução exigindo que o Estado brasileiro tomasse medidas imediatas para proteger a segurança dos povos indígenas e garantir que seus direitos às terras ancestrais sejam cumpridos. A resolução também pediu ao governo brasileiro para que garanta as investigações independentes aos assassinato e massacres de povos indígenas em suas tentativas de defender seus direitos humanos e territoriais.

Aty Kuña, o espaço político para mulheres Guarani Kaiowá

Paralelamente às atividades em Genebra e Bruxelas, entre dias 18 e 22 de setembro, em Kurusu Ambá, no município de Coronel Sapucaia (MS), aconteceu a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani – Kuñangue Aty Guasu. Líderes femininas de toda a região se encontram para discutir os principais desafios como mulheres indígenas.

Realizada pela primeira vez em 2006, a assembleia, que reúne lideranças indígenas mulheres está, neste ano, em sua quarta edição, trouxe para o debate a memória dos territórios tradicionais e a resistência dos povos pela vida em seus tekoha. “Desde 1920 nós fomos colocados em reservas indígenas, com espaço limitado e em confinamento. Hoje lutamos incansavelmente para recuperar nosso tekoha. Isso gera conflitos intensos em Mato Grosso do Sul e com o governo federal, que privou todos os nossos direitos indígenas, especialmente [quando se trata de] demarcação de nossas terras”, ressaltam lideranças da Aty Kuña.

*Com informações da FIAN Internacional

General da Funai prefere ameaçar com despejo forçado a ouvir reivindicações de Guardiões Guajajara

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

Os Guardiões da Floresta da Terra Indígena Arariboia ocuparam durante quase todo o mês de setembro a sede regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Imperatriz (MA). Ao invés de soluções para a proteção e fiscalização da terra, invadida em seis de suas oito microrregiões, os Guajajara/Tenetejar receberam a informação de um servidor do órgão indigenista que da Funai/Brasília chegou um ultimato: os indígenas deveriam sair da sede ou então seriam despejados à força.

A repercussão da ocupação, além de uma conjuntura de grande exposição dos desmandos do governo Michel Temer na questão indígena, desencorajaram as auto-

ridades a tal seguir adiante com a ideia. De acordo com apuração, o presidente da Funai, o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, solicitou uma ação judicial pedindo a reintegração de posse, mas até o fechamento desta edição nenhuma decisão nesse sentido havia sido concedida pela Justiça Federal.

“Um servidor se sensibilizou e nos comunicou. Explicou que por essa ameaça ele teria de falar pra gente sair. Não tem mais quem proteja a nossa terra, além da gente. Precisamos que o governo cumpra sua função, porque nós estamos fazendo o papel de Funai, Ibama, Polícia Federal”, explicou o coordenador dos Guardiões da Floresta, Franciel Guajajara. Para ele, a qualquer momento uma morte pode ocorrer.

“Estamos todos marcados. Não adianta sair da terra, se esconder. Só não vão nos matar se a gente deixar eles retirarem madeira. Isso não vai acontecer, é a nossa casa, nossa mãe, mas não dá mais pra combater só a gente. Precisamos de apoio pra fazer essa limpeza. Também se a gente deixa, podemos responder por depredação do Patrimônio da União. Para os madeiros isso parece não ser problema”, destaca Franciel.

O presidente da Comissão da Terra Indígena Arariboia, José Inácio Guajajara, afirma que há um ano - exatamente o mesmo tempo em que Temer está no Palácio do Planalto, após o impeachment - não ocorrerem operações do Ibama, Funai e Polícia Federal para coibir e fiscalizar a ação de madeiros, caçadores e grileiros na terra.

“Os Awa, por exemplo, como podem se defender? Não é coincidência também que os incêndios tenham sempre se iniciado por onde eles andam. Para enfrentar madeiro, precisa de recurso. Estamos fazendo isso, mas com dificuldades”, salienta. Para o Guajajara, se o governo apoiasse os Guardiões as invasões poderiam chegar ao fim.

A terra indígena é dividida em oito microrregiões: Lagoa Comprida, Arariboia, Canudal, Bom Jesus, Angico Torto, Zutuia, Abraão e Barro Branco. Com 413.388 hectares (Cimi, 2017), a Arariboia possui diversas “portas” para invasores e os indígenas pretendem articular melhor a rede entre as aldeias. Os Guardiões, deste modo, solicitam equipamentos de comunicação e também postos de vigilância em cada uma das áreas. ♦

Lideranças Pankararu sofrem ameaças e atentados na terra indígena; posseiros reafirmam que não sairão

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

Depois que o segundo prazo, apenas em 2017, concedido pela Justiça Federal para a saída definitiva de 156 famílias de posseiros da Terra Indígena Pankararu se encerrou, no dia 28 de setembro, o uso de força policial se tornou uma possibilidade concreta. Não é coincidência que a temperatura tenha aumentado na região desde a semana passada. Se por um lado ameaças e atentados contra os indígenas passaram a ocorrer com mais frequência, por outro as lideranças dos posseiros dão notícias pouco animadoras para quem deseja uma saída pacífica para a situação.

Na sessão da Câmara dos Vereadores de Jatobá do dia 4 de outubro, uma das lideranças dos posseiros e presidente do Sindicato Rural, Eraldo de Souza, declarou que eles não saem da terra e que se a Polícia Federal retirar em um dia, os posseiros voltam no outro. Souza fez tal afirmação baseando-se no recurso impetrado contra a decisão da 38ª Vara Justiça Federal de Serra Talhada pela transferência dos posseiros para o reassentamento. Enquanto não houver uma definição sobre esta matéria, Souza garantiu que a decisão é por não sair. Outras 190 famílias já residem fora do território tradicional, mas mantêm propriedades nos 20% de área que os posseiros ocupam da terra indígena.

Enquanto isso as principais referências do povo Pankararu são alvos constantes de ameaças e atentados, vivendo sob a orientação de não saírem de suas residências. Três casos foram registrados na última semana; entre os episódios existe até a sabotagem de encanamentos públicos de água. O diálogo parece ter se esgotado, e resta uma decisão judicial a ser cumprida. No último dia 26 de setembro, uma nova audiência conciliatória foi convocada pela 38ª Vara Justiça Federal de Serra Talhada. Nela estavam lideranças indígenas e dos posseiros.

De acordo com os indígenas, o juiz Felipe Mota Pimentel de Oliveira reiterou que não voltará atrás nas decisões que tomou em fevereiro e agosto deste ano: os posseiros devem sair da terra Pankararu. No entanto, não definiu um novo prazo - o último estabelecido, em fevereiro, se encerrou justamente no mês de agosto, onde foi estendido até o final do mês passado. O juiz também se referiu a uma moção enviada pela Câmara de Jatobá. Segundo o juiz, o Legislativo não pode interferir no Judiciário. Para os Pankararu, a moção atiza os posseiros a não cumprir com a decisão judicial.

O vereador Jailton Pereira (PHS), mais conhecido como Neném do Hospital, autor do documento enviado à Justiça Federal, afirma que se tratou de uma Moção de Apelo e que ainda não obteve respostas do juiz. "Não estamos deixando de olhar pro direito indígena, cedo ou tarde os posseiros vão ter que desocupar. A terra é indígena, não resta dúvidas. A moção é pra gente ver se consegue sensibilizar a Justiça a utilizar de algum instrumento para fazer o Incra realizar novo levantamento, atualizado no valor de mercado, para o projeto de reassentamento", explica o vereador.

Neném demonstrou uma preocupação inerente a outros vereadores quanto ao reassentamento dos posseiros: as eleições e o voto. Na última semana, ele



Indígenas Pankararu em mobilização no município de Jatobá

esteve em Recife com o deputado estadual Rodrigo Novaes (PSD) e ambos participaram de audiência no Incra para solicitar que o reassentamento ocorra em Jatobá, não em outra cidade. "Falamos da importância de permanecer na cidade. Como vai ficar a situação eleitoral do município sem essas pessoas?". O vereador frisou que não pretende ferir os direitos indígenas, mas que a forma como os posseiros estão saindo é injusta. Negou ainda que vereadores Pankararu tenham sido hostilizados na audiência pública com posseiros, que culminou na Moção de Apelo, reafirmando que o clima foi de tranquilidade.

O Incra reservou 93 lotes para o Reassentamento Abreu e Lima, destinado a estas famílias. Conforme o órgão federal, os posseiros negaram em se transferir para o local, inclusive atrasando o cadastro das famílias que só ocorreu por determinação judicial. No total, a área possui 18.500 hectares - a TI Pankararu possui 8.100 - e fica no município de Tacaratu, vizinho do território indígena. A Funai, por sua vez, contabiliza em dados atualizados que está depositado em juízo, a título de indenização, R\$ 6 milhões - mesmo nesta modalidade, o montante é beneficiado por juros. Tais garantias são frutos de um processo que corre desde 1993, tendo as avaliações de valores atualizadas, conforme a Funai, em 2013.

Ameaças, atentado e sabotagem

Um retrato do tamanho clima de tensão foi a ordem do juiz para que os Pankararu voltassem da Audiência Conciliatória para a terra indígena escoltados. Já era noite e logo a notícia correu: na aldeia Bem Querendo de Baixo, um dos locais com mais concentração de posseiros, quatro homens sobre duas motos efetuaram disparos contra a casa de uma conhecida liderança - um dos projéteis atingiu a vidraça de uma janela.

Dias antes, homens não identificados destruíram os canos da adutora que leva água para as aldeias. No dia 27 de setembro, uma liderança da aldeia Saco dos Barros foi ameaçada publicamente. A Polícia Federal tem ido aos locais e lavrado boletins de ocorrência. Algumas escolas indígenas e postos de saúde estão sem funcionar por precaução.

Tudo faz parecer que os posseiros não tiveram direitos garantidos e conforme os indígenas é isso que costumam espalhar pelos municípios do entorno. Para o procurador da Advocacia-Geral da União (AGU) Ricardo Ramos, que acompanha questões indígenas, e fica sediado em Recife, além do reassentamento e indenização, a tramitação do processo levou 24 anos. "Houve tempo hábil, os Pankararu nunca os expulsaram, a indenização atualizada está depositada e beneficiada por juros, o reassentamento é até maior que a área atual deles. É preciso observar que os direitos dos posseiros foram garantidos, chegou a vez dos indígenas terem os seus direitos preservados".

Ramos explica que poucas foram as avaliações de má-fé com relação ao caráter da ocupação de não-índios - reservadas apenas aos que se instalaram depois de 1994, data da primeira avaliação para se definir o valor das indenizações. "Dez ou 12 pegaram a indenização. Os demais se negaram porque suas lideranças passaram a defender que era insuficiente. Indenizamos até as fruteiras, o trabalho foi correto. Na minha avaliação poderia definir R\$ 10 milhões que eles não sairiam", afirma Ramos.

A indignação entre os Pankararu só aumenta. "Toda essa situação tem acontecido pela ausência do Estado e fragilidade da Justiça em ter demorado todo este tempo, em processo que tramita desde 1993. Nesse período todinho os posseiros tinham ciência que estavam numa terra que não era deles. Não expulsamos ninguém, esperamos tudo o que era de direito deles garantido. E agora estamos em nossas residências acudados pelos posseiros. A briga aqui vem desde a década 1940, teve a homologação de 1987. Eles sabiam dessa situação", afirma uma liderança Pankararu. ♦

Povo Karipuna vive iminência de genocídio em Rondônia

Ana Aranda, Especial para o Cimi Regional Rondônia

A Terra Indígena (TI) Karipuna, localizada nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré, com 153 mil hectares, homologada em 1998, fica no centro de uma região onde é grande e crescente a pressão sobre a floresta. Mal comparando, poderia se dizer que a TI estaria no olho de um furacão, devido à pressão de madeireiros, pescadores e grileiros que estão adentrando na mesma em todos os seus quadrantes. Ultimamente, a ocorrência de loteamentos aumentou a preocupação dos indígenas.

O procurador do Ministério Público Federal (MPF) Daniel Azevedo Lobo, que desde o início deste ano passou a acompanhar a difícil situação da etnia, considera a situação dos karipuna como de extrema vulnerabilidade. “Eu acho que se pode falar em uma pretensão de genocídio do povo karipuna, com o objetivo de invadir a TI, tirar os índios e ocupar a área. Para mim pode não ser um genocídio propriamente pela Lei Penal, mas é uma forma de genocídio do ponto de vista de direitos humanos. E também não afastamos a possibilidade de um genocídio do ponto de vista da lei penal, porque estas pessoas madeireiros e grileiros têm armas e muitas vezes são violentas. Então, pode haver genocídio, morte, violência”.

Além do medo de serem atacados e mortos dentro da TI pelos invasores, os indígenas também enfrentam grandes dificuldades para a sua subsistência. A coleta da castanha, importante fonte de renda para os Karipuna, foi interrompida pelo temor de ameaças feitas pelos invasores. O medo impede que eles transitem livremente pelas suas terras. Eles também encontram dificuldades para escoar a produção agrícola, porque a estrada de acesso está em precárias condições e fica intransitável durante o período das chuvas, situação que se agrava com o trânsito das dezenas dos pesados caminhões carregados de toras de madeiras nobres que deixam sulcos profundos no frágil leito de terra da via.

Em maio deste ano, a Fundação Nacional do Índio (Funai) desocupou um posto de fiscalização localizado na entrada da TI. A estrutura financiada com recursos de compensação ambiental da obra da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio virou um elefante branco no meio da floresta. O gerador de energia elétrica do posto de fiscalização foi roubado e até mesmo os marcos da TI foram arrancados.

O procurador Daniel Azevedo Lobo estranha “a coincidência” da desativação do posto da Funai com o início do chamado verão amazônico, caracterizado pela estiagem, que facilita as ações de retirada de madeira e desmatamentos.

Fotos de satélite enviadas à Funai comprovam invasões

Segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes), até o ano 2000, a área de desmatamento da TI era de 342 hectares. Até 2014, somava um acumulado de 1.279 hectares. Neste ano, a grande cheia do rio Madeira, cuja bacia inclui o Jaci-Paraná, na divisa da TI Karipuna, cessou a extração

de madeira na região, mas em 2015 foram desmatados 123 hectares, de acordo com dados coletados a partir de fotografias de satélites pelo Serviço de proteção da Amazônia (Sipam). Boletins com estes dados são enviados sistematicamente para a Funai e outros órgãos de fiscalização. Em 2016, o desmatamento disparou, com um acumulado de 586,26 hectares, e 1.045,76 hectares de floresta foram derrubadas no período de 1º de janeiro a 13 de agosto de 2017.

As imagens também mostram uma linha bem definida que caracteriza uma estrada, crescendo da divisa para o interior da TI, nas linhas 15 de Novembro e 1º de Maio, na região de União Bandeirante. Em uma investigação feita juntamente com lideranças Karipuna, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) percorreu uma trilha feita na floresta a cerca de 7 horas de caminhada da aldeia Panorama. A entidade também localizou e fotografou “uma imensa clareira/derrubada em uma área de barreiro, importante ponto de caça dos indígenas, localizado à uma hora de caminhada da aldeia”.

Moradores da Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná - localizada na margem oposta à TI Karipuna, alertam que está aumentando a retirada de madeira na terra dos karipuna. “De madrugada a gente ouve a zoadá dos caminhões saindo, carregados de madeira”, diz um morador. Ele fala de forma anônima, com medo de represálias, obedecendo a ordem de silêncio imposta na região.

Equipe do Regional Rondônia do CIMI também identificou loteamentos na região do rio Formoso e rio Jaci-Paraná e nas Linhas 1º de Maio e 15 de Novembro. Fundos de fazendas localizadas na divisa da TI estariam sendo usadas para acesso a mesma. Moradores denunciam que uma serraria clandestina estaria trabalhando na região.

Recomendação do MPF exige ação da FUNAI

Uma Recomendação do Ministério Público Federal assinada no dia 4 de setembro determina que a Funai elabore um plano emergencial de ação e autorize a liberação de recursos “para assegurar a proteção do povo Karipuna e a integridade de sua área demarcada” em um prazo de 10 dias úteis a partir da emissão do documento. O MPF também requer a elaboração e execução de um plano continuado de proteção à TI e seu povo. Os planos devem integrar as equipes da Funai com agentes do



Placa indica a operação de um Plano de Manejo não-indígena no interior

Batalhão da Polícia Ambiental do Estado de Rondônia e, como se trata de uma área federal, com reforço da Força Nacional de Segurança, do Exército Brasileiro e do IBAMA.

A Recomendação cita a ocorrência de oitenta e oito áreas da TI com retirada da cobertura vegetal (corte raso) captadas com imagens de satélite LANDSAT-8, de acordo com informações do SIPAM no âmbito do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE).

Segundo a Recomendação, “o processo de ocupação da TI Karipuna tem ocorrido por meio de loteamento, por não índios, principalmente em sua porção ocidental, inclusive com desmate e corte raso, abertura de linha e carreadores, fixação de marcos e plantio inicial de pasto e outras culturas, objetivando a ocupação paulatina da terra pública, processo que vem se aprofundando, desde 2016, conforme demonstram dados obtidos a partir de imagens de satélite e relatos de servidores da FUNAI e do Batalhão de Polícia Ambiental – BPA”.

A TI Karipuna é citada no Boletim de Desmatamento da Amazônia Legal produzido pelo IMAZON em julho de 2017, a partir de imagens de satélite do sistema MODIS,



Posto de fiscalização da Funai na TI Karipuna: desativado



Área derrubada no interior da TI Karipuna para loteamento com acesso pela Linha 15 de Novembro



Picada aberta por madeireiros no interior da TI Karipuna



or da Terra Indígena Karipuna

como a segunda terra indígena mais desmatada na Amazônia Legal.

O acesso à Terra Indígena Karipuna a partir da BR-364, no trecho da estrada que liga Rondônia ao Acre é feito pela RO-101, no distrito de Jaci-Paraná. Esta estrada dá acesso ao distrito de União Bandeirantes, na Capital, e segue até a RO-421, onde está localizado o município de Buritis e o distrito de Jacinópolis de Nova Mamoré, que estão localizados no entorno da TI Karipuna e desenvolvem uma intensa atividade madeireira.

Neste mês de setembro, grandes nuvens de fumaça encobrem a região e comprovam o uso intensivo do fogo para abertura de novas áreas e a preparação da terra para a lavoura e a pecuária. A maior parte das propriedades é coberta de pasto. Pequenas propriedades cultivam café, mandioca, cacau, cupuaçu, abacaxi e banana, entre outros produtos. Caracterizadas pelo uso de maquinário pesado, áreas preparadas para a produção de soja e milho são cada vez mais freqüentes e já começam a substituir a criação de gado.

Madeira é retirada de Terras Indígenas e outras áreas protegidas

A madeira que transita livremente pelas estradas, localidades e cidades estaria sendo “esquentada” por concessões de planos de manejo emitidos pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (Sedam). Moradores da região denunciam que a madeira vem sendo retirada das TIs e áreas de preservação ambiental da região (TIs Karipuna e Karitiana, Floresta Nacional do Bom Futuro, Resex Jaci-Paraná e Parque Estadual de Guajará-Mirim).

O procurador Daniel Azevedo Lôbo ratifica esta informação “União Bandeirantes é uma área federal, da União e pela Lei Complementar 140 qualquer retirada de madeira em área federal é de atribuição do Ibama e não da Sedam. Muitas vezes, o pessoal apresenta um contrato de posse, de compra e venda entre particulares, não apresenta o domínio

da terra e simplesmente a Sedam vem autorizando estes planos de manejo. Então é uma vertente que a gente pretende trabalhar, juntamente com o colega de Guajará-Mirim. Isto acontece no Estado todo e até em outros Estados do Brasil, esta criação de Planos de Manejo nas proximidades de Terras Indígenas”.

O coordenador do Departamento de Desenvolvimento Florestal da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), Huérique Charles Lopes Pereira, informa que a Sedam aprovou três Planos de Manejo no entorno da TI Karipuna, localizados a 20,6430, 21.0100 e 13,4170 quilômetros da divisa da mesma.

O coordenador se comprometeu em tomar providências com relação à denúncia do povo Karipuna e do CIMI. “Em todos os projetos aprovados no entorno (da TI Karipuna) será feito um monitoramento via imagem de satélite e o acompanhamento da movimentação de saldo. Constatado a incongruência ou divergência no movimento, ou indício ou não indício de exploração, já é designada uma equipe para ir In loco, é feito um bloqueio do projeto e o sistema DOC é feita vistoria in loco. Constatado [o ilícito] são tomadas todas as medidas, auto de infração, embargo, incremento para os órgãos de controle. E também pode ser feita através de denúncia. Feita uma denúncia de um objeto específico em um local específico também é mandada diligência [ao local]”.

Daniel Lobo alerta que “o estado de Rondônia passou e continua passando por um processo de avanço muito agressivo da exploração madeireira, acompanhada pela grilagem de terras públicas. Ocupar a terra pública em si é uma atividade ilegal, mas como isso tem sido feito com tanta freqüência no Estado de Rondônia é aceito como se fosse normal, as pessoas não olham como se fosse uma situação ilícita”, considera ele.

No caso das Terras Indígenas, ele diz que existem dois tipos de processos, aquele em que o objetivo é de exploração da madeira, minérios e outros produtos da floresta, com [a participação de] pessoas que têm interesse no valor comercial da madeira. E outro processo com interesse de ocupar terras públicas a fim de pleitear a regularização, posteriormente. Para o procurador, este último caso, que caracteriza a invasão (esbulho possessório) propriamente, ocorre atualmente nas Terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna.

O procurador participou da Operação Jurerei, desencadeada pela Polícia Federal em 2 de agosto deste ano, quando foi desarticulada uma organização criminosa que loteava terras dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau e afirma que organizações criminosas agem de forma análoga para a invasão das duas TIs. Para ele, fazendeiros com propriedades lindeiras de áreas protegidas que querem expandir suas terras juntamente com madeireiros agem em conjunto com “aventureiros” que pleiteiam a posse e posterior legalização de terras públicas.

“Os processos dialogam, muitas vezes estas associações que reivindicam terras já trabalham junto com os fazendeiros. Alguns ficam na área e isto ficou bem caracterizado na Operação Jurerei, feita recentemente na TI Uru-Eu-Wau”, afirma Daniel Lobo.

A coordenadora do Cimi Regional Rondônia, Laura Vicuña, avalia que “a invasão, o desmatamento e o esbulho possessório verificado contra os Karipuna têm uma relação estreita com a política indigenista e ambiental do governo brasileiro e com as diversas iniciativas da bancada ruralista no Congresso Nacional que visam a desconstrução da Constituição Federal.

A tramitação da PEC 215/00, a tese do Marco Temporal e o Parecer 001/2017 da AGU aprovado pelo presidente Temer em julho são exemplos de iniciativas que tem sido usadas como instrumentos para ‘justificar’ as ações ilegais em questão e, por isso, servem como estímulo às mesmas”.

Organização criminosa comanda invasões

A liberdade com que os madeireiros e grileiros agem no local está baseada em uma logística montada pelo que o procurador Daniel Lôbo define como “uma perigosa organização criminosa”.

Olheiros permanecem em locais estratégicos e avisam sobre qualquer movimento estranho à rotina do lugar e principalmente sobre a presença de representantes de órgãos de fiscalização. Eles usam uma eficiente rede de comunicação com aparelhos de rádio-amador, que cobrem toda a região.

Um levantamento feito pelo CIMI baseado em depoimentos de moradores, que só falam de forma anônima, listou pontos de observação dos olheiros em restaurantes, bares, casas particulares e até mesmo em igrejas.

Ameaças impedem trânsito dos indígenas dentro do território

O medo de um ataque tem impedido a extração de castanha e as dificuldades de escoamento da produção desestimulam a agricultura na TI Karipuna. Uma das lideranças da etnia, André Karipuna afirma que tem medo de um ataque para o extermínio do seu povo, “que vive uma situação extrema de risco de vida”, segundo o MPF. A presença de estranhos dentro da TI intimida os indígenas e impede que eles transitem livremente no local. O acesso à aldeia pelo rio Jaci-Paraná até o distrito homônimo requer de quatro a seis horas de barco, dependendo do tipo de embarcação e das condições do rio. Já a estrada é precária e fica intransitável durante o período das chuvas.

Adriano Karipuna, outra liderança da etnia, diz que a principal reivindicação do seu povo é a fiscalização e retirada dos invasores. “Já fizemos muitas denúncias, mas até agora não foi tomada nenhuma medida”, lamenta. Ele também cita a necessidade de um projeto agrícola para melhorar a renda e a segurança alimentar. Outra necessidade é o fornecimento de energia elétrica. Os indígenas utilizam um motor para o fornecimento de energia durante poucas horas da noite. Em setembro, o motor utilizado no poço artesiano queimou e o abastecimento passou a ser feito com a água bruta do rio. A aldeia Panorama tem uma escola com as quatro primeiras séries. A ampliação do ensino na aldeia impediria que crianças e adolescentes tivessem que ir para a cidade, onde vivem em situação de vulnerabilidade, afirma Adriano. ♦



Parte da floresta completamente destruída a apenas uma hora da aldeia



Cena é comum por toda a TI Karipuna: árvores marcadas, estacas para definir lotes e toras, muitas toras



Estrada aberta por madeireiros no interior da TI Karipuna com acesso pela Linha 1 de Maio

Pelo 3º ano seguido, incêndio na TI Arariboia pode provocar remoção de isolados e destruição de aldeias

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

A Terra Indígena Arariboia voltou a arder em chamas dez anos depois do primeiro incêndio de grandes proporções, neste século. No sudoeste do Maranhão, pelo terceiro ano consecutivo, o fogo destrói a floresta, mata animais, transforma em cinzas árvores e coloca em risco a vida do povo Guajajara e dos grupos Awá-Guajá, que vivem em situação de isolamento voluntário. Estes indígenas correm o risco de serem contatados para assim transferidos de suas áreas tradicionais de perambulação.

Conforme Frederico Guajajara, integrante da Comissão de Caciques e Lideranças da TI Arariboia, desde 2015, ocasião em que mais da metade da terra indígena de 413.288 hectares queimou, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem a intenção de transferir os Awá isolados para a Terra Indígena Karu, município de Bom Jardim, noroeste do Maranhão. Fontes consultadas na Funai afirmam que a iniciativa é de fato considerada pelo órgão. Para os Guajajara, o órgão indigenista do Estado prefere retirar um povo de seu local de vida, e que representa uma das garantias de preservação da floresta, ao invés de ajudar os Guajajara a fiscalizar o território, mobilizando o Ibama e a Polícia Federal para coibir os invasores, reconhecidamente indutores dos incêndios na terra indígena.

“Somos contra ter contato com eles. A Funai usa os Awá de recente contato pra ter contato com quem não tem. Pra botar na cabeça deles de que é melhor sair de onde eles estão por conta das queimadas. Botar tudo isso na cabeça deles pra transferir da Arariboia pra Karu. Tá errado, porque eles não conhecem esse outro lugar. Sou contra isso. O que eu quero é proteger, fiscalizar e monitorar com fiscalização permanente, capacitar os guardiões, os agentes”, diz a liderança que mora na aldeia Jussaral, um dos pontos de concentração de brigadistas que combatem as chamas.

A TI Karu possui 118 mil hectares e tal como a Arariboia é habitada pelo povo Guajajara, além dos Awá-Guajá de recente contato e grupos sem contato algum com a sociedade branca que os envolvem. Na Karu ocorreu o contato com duas indígenas Awá, Jakarewyj e Amakaria, em 2015, que doentes foram buscar ajuda de seus parentes de recente contato. Ambas inicialmente se recuperaram e voltaram para o seu grupo, mas Jakarewyj acabou morrendo. Justamente pelas semelhanças entre as terras, a ideia de transferência dos Awa isolados da Arariboia para a Karu levanta preocupações.

Invasões de madeireiros, caçadores e incêndios compõem também a vida na TI Karu. No ano passado, as chamas destruíram áreas próximas aos isolados Awá desta terra indígena. O que, de nenhum modo, os Awá deixariam de conviver com tal realidade. Para o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Maranhão, Gilderlan Rodrigues da Silva, “a Funai não está preparada para uma ação destas. Um exemplo é o caso das duas Awa. Por outro lado, uma vez tendo contato com os Awá da Arariboia, e a transferência



Brigadistas Guajajara fotografam o fogo se aproximando da aldeia Zutuia

para a Karu, pode significar o fim deste grupo na Terra Indígena Arariboia. Não estão preparados, não é possível controlar os desdobramentos da ação para os isolados e isso nos preocupa muito”.

Início do incêndio

Este ano, as primeiras chamas começaram a queimar na Terra Indígena Arariboia no final do mês de junho na porção que faz divisa com o município de Arame. No dia 13 de agosto, o fogo chegou perto das aldeias. Duas brigadas, reunindo 26 indígenas Guajajara treinados, trabalham em turnos para combater o incêndio. Representantes do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), órgão do Ibama, realizaram um sobrevoo de reconhecimento com os Guajajara e instalaram duas bases nas aldeias Jussaral e Zutuia.

“O incêndio começou em áreas onde os invasores entram. Isso é sabido por todo mundo. A gente até já apontou pro Ibama, pra Funai. Porque madeireiro



não entra só pra tirar madeira: monta acampamento, faz comida. Caçador também. Então eles fazem fogo e não apagam direito quando vão embora. E eles sabem que nessa época do ano o fogo pega rápido”, aponta Zezico Guajajara, da aldeia Zutuia. Os Guajajara, e possivelmente os Awá isolados, ainda se recuperavam dos incêndios de 2015 e 2016.

Frederico Guajajara afirma que roças foram perdidas, caças voltaram a sumir, a coleta na mata não é mais possível e fontes de água secam a cada incêndio. “Hoje corremos o risco de não fazer as nossas festas tradicionais. Daqui uns anos, se continuar assim, não tem mais floresta, a natureza pra os nossos filhos conhecer o caititu, a cotia, os animais todos, as árvores, essa beleza toda. Isso não é genocídio? Porque se a gente não tem isso, acabamos”, enfatiza a liderança Guajajara.

O Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou até esta sexta-feira, 29, 2500 focos de incêndio em Grajaú, uma das cinco cidades que ladeiam a Arariboia - a cidade está no ranking dos dez municípios brasileiros com mais focos de incêndios acumulados nos últimos cinco anos, e em 2017. Foram 60 dias de combate ao incêndio até o seu controle definitivo, em 2015, com brigadas vindas de outros estados. Este ano, os Guajajara já combatem o fogo há 90 dias - sozinhos. “Precisamos de fiscalização permanente e para isso acontecer o Estado precisa ajudar”, diz o Guajajara.

Conforme os Guajajara, o fogo começa a entrar na mata virgem. Até o momento, queimou sobretudo locais castigados pelo incêndio de 2015. “Precisamos de reforço pra chegar em áreas de difícil acesso. Por terra é complicado. Queremos uma aeronave pra transportar os brigadistas pra cabeça do fogo dentro da mata. A cabeça é o principal. Se combater ali, conseguimos controlar. Hoje nem mandioca mais tem pra fazer farinha. Fica difícil de fazer o trabalho, mas vamos seguir na luta”, encerra Frederico Guajajara. ♦



“Tudo sai da floresta”: vivência reforça autonomia e saberes tradicionais na Terra Indígena Maró

Barbara Dias, do Cimi Norte II, e
 Gilberto Cesar Lopes Rodrigues, professor adjunto do programa de
 educação da Universidade Federal do Oeste Paraense (UFOPA)

Na semana em que muitos desfilavam para comemorar a independência do Brasil como colônia de Portugal, 137 pessoas – em sua grande maioria alunos e professores indígenas da Terra Indígena (TI) Maró, município de Santarém, oeste paraense, e de outros territórios da região – se reuniram para refletir criticamente sobre a semana da pátria e os desfiles de 7 de setembro, trocar experiências e fortalecer seus saberes tradicionais. Foi o que ocorreu entre os dias 2 a 10 de setembro, quando a TI Maró, habitada pelos povos indígenas Borari e Arapium, sediou o 3º Projeto de Vivência de Notório Saber e Nheengatu na Terra Indígena.

Em 2015, os indígenas reelaboraram as comemorações e a envolveram no fortalecimento cultural e territorial, eliminando a veneração dos símbolos da sociedade nacional e explicitando a contradição e o desconforto que a ideia de independência representava. Até então, alunos e professores da escola da comunidade sempre participavam das festividades oficiais, mas com sentimento de estranhamento e desconforto.

Questionavam-se, no 7 de setembro: liberdade para quem? Qual o sentido em comemorar a independência em um contexto de violação de direitos, ocupação ilegal do território e expropriação cultural e material dos elementos que dão sentido ao modo de viver dos Borari e Arapium do Maró? Motivados por questões dessa natureza, realizaram em 2017 a terceira edição da vivência.

Para professores e lideranças da Terra Indígena Maró, o desfile e a semana da pátria são vazios de sentidos. A atividade cívica de que participaram durante anos nunca considerou que nem a exploração, tampouco a sujeição dos “Brasis”, tenham chegado ao fim com a proclamação da República. Esquecidos, ainda, estão os séculos de construção discursiva e falaciosa de uma pátria – Estado-nação – levantada sob sangue e vida indígena, camponesa e quilombola.

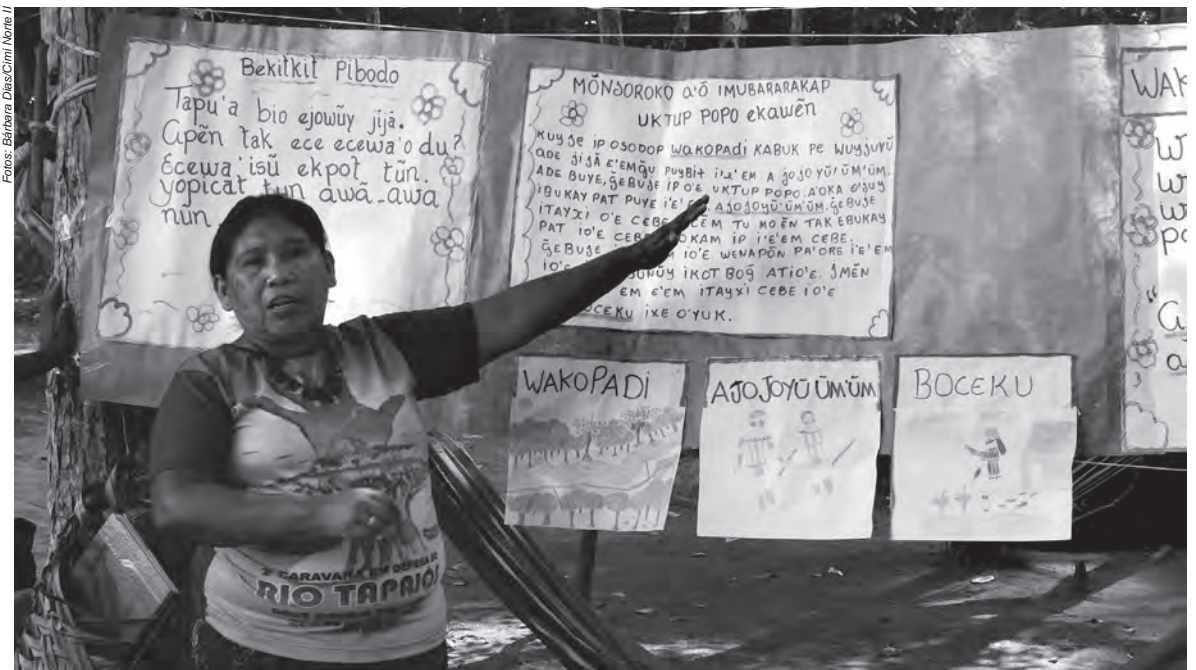
O discurso da criação de uma “pátria” e uma “nação brasileira” pressupõe a unificação de um território sob uma única jurisdição, em torno de uma única língua, de um povo homogêneo que supostamente compartilharia uma cultura única, conformada pelo “povo brasileiro”. Um povo. Assim, a existência de diversos povos e suas nações, com estruturas sociais diversas, com territórios e com autonomia para gestão destes, sempre representou uma ameaça aos discursos nacionalistas.

Eram necessárias políticas de homogeneização cultural, responsáveis, inclusive, pela legitimação de atrocidades históricas, como as políticas de assimilação e integração de povos indígenas que resultaram em consequências graves, como genocídios de populações inteiras ou o apagamento de elementos da identidade destes povos, como, por exemplo, suas línguas nativas.

Por isso, um dos enfoques do projeto é a revitalização do Nheengatu, língua geral utilizada por diversos povos indígenas amazônicos, inclusive os do Baixo Tapajós, a partir da colonização, no século XVII. Inicialmente efetivado com a comunidade interna da TI Maró, tendo nos professores de língua indígena sua força motriz, nessa terceira edição a vivência contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Cimi, da Funai, da Ufopa e da Associação Vila Viva.

Reflorestando ideais

A semana da vivência aconteceu no centro de apoio da Terra Indígena Maró. A instalação, antes ocupada por madeireiros invasores da terra indígena, hoje é espaço para educação. A retomada deste espaço foi



parte do processo de autodemarcação do território, iniciado em 2004.

Desde então, intercâmbios, vivências e outras atividades são realizadas nesse local, símbolo de resistência e de uma nova forma de educar. Foi na casa retomada que os saberes tradicionais dos professores indígenas, do pajé, dos antigos e das lideranças tomaram a vez das fardas da semana patriota.

No lugar de desfilar venerando símbolos erguidos sob desrespeitos e violações, a semana foi de outros saberes, menos colonizadores, de envolvimento da educação no reconhecimento e proteção do território, como afirma a gestora da escola São Francisco, Keila Colares. Hoje a educação na TI Maró segue no sentido de “reflorestar ideias”, diz Jailson Borari.

Oficinas e dinâmicas envolveram o grupo formado por mais de uma centena de indígenas, sempre na perspectiva de envolvimento – em contraposição ao “des-envolvimento” colonialista – ao território e à cultura dos Borari e Arapium. Histórias contadas pelos professores e pelo pajé Higino transportaram as crianças para o mundo da mãe da mata, Curupira, do encantado Patawí e de caçadores e pescadores.

Foram apresentadas as seivas das árvores do território e técnicas de caçada e sobrevivência na mata. As crianças encenaram peças teatrais com personagens, que no lugar de representarem os grandes heróis da história nacional, eram inspirados nos heróis e sujeitos da vida real de suas comunidades. Foi uma festa.

A partir do método de Paulo Freire, a oficina sobre alfabetização de Nheengatu envolveu professores da escola da TI Maró e de outros locais, como os povos Maytapu de Pinhel, Munduruku do médio Tapajós e Borari de Caraná.

Os participantes da vivência também puderam acompanhar oficinas de tessume – trançado tradicional feito com folhas de palmeira – e de edição vídeo, além de campeonatos de futebol e de arco e flecha. Para o reconhecimento territorial, a expedição na mata levou adultos e crianças a identificar plantas medicinais e árvores frutíferas.

O projeto de vivência em Nheengatu e notório saber tem representado uma importante estratégia para mobilizar as ações da escola em defesa do território, para fortalecer a preservação cultural e o intercâmbio com outros povos. É um significativo exemplo de reelaboração das atividades escolares em direção a uma educação escolar diferenciada.

A Terra Indígena Maró

A TI Maró tem muitos motivos para questionar e mudar as imposições do Estado brasileiro sobre os povos indígenas e suas estruturas de organização. Há sete anos, após um processo de muita luta frente à morosidade estatal, os 42.372 hectares da terra indígena foram reconhecidos aos povos Borari e Arapium.

Para obter a publicação do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID), os indígenas tiveram que demonstrar grande capacidade de organização e resistência. Mobilizaram as comunidades para a autodemarcação do território, o que levou a Funai a criar o grupo de trabalho para dar início ao processo administrativo da demarcação da TI.

As dificuldades no âmbito institucional prosseguem. Atualmente, o território encontra-se entre os processos retrocedidos à Funai pelo governo Temer. A vivência, em sua terceira edição, aponta para a continuidade da mobilização e o fortalecimento da autonomia indígena na TI Maró.

“É desconstruir conceitos premeditados”, define Adenilson Borari, liderança da TI Maró. “A gente trabalha na vivência onde os velhos, os sábios ensinam como se caça, como entra e se comporta na floresta, como se vive em harmonia com a natureza, e são aulas e ensinamentos práticos do ponto de vista tradicional e cultural do povo. Nós temos uma força espiritual, então vamos aproveitar isso. Tudo sai da floresta, tudo é da mãe terra tudo é da natureza, se tem algo dando errado, a natureza ajuda a resolver. Nós não conseguimos desprender educação de território, porque não conseguimos imaginar viver sem floresta. Por isso, estamos trabalhando essa consciência para todo mundo defender o território”. ♦

Tornar visíveis os invisíveis

Frei Betto, Teólogo e escritor

Os povos indígenas, habitantes originários da Terra brasilis, são os grandes personagens invisíveis da história de nosso país. Ontem, escravizados pelos colonizadores, foram exterminados por desbravadores de nossas selvas. Hoje, ameaçados de extinção, têm as suas terras invadidas por predadores do meio ambiente e são discriminados pelo preconceito de quem os considera seres inúteis e inimigos do progresso.

A obra de Benedito Prezia (“História da resistência indígena – 500 anos de luta”, São Paulo, Expressão popular, 2017, 205 pp.), cuja vida e formação acadêmica são dedicadas aos índios, é uma inestimável contribuição ao resgate da memória indígena e do papel que tiveram em cinco séculos de Brasil.

“A conquista da América foi palco de um grande genocídio, talvez o maior da história”, escreve o autor. No que é respaldado pelo respeitável linguista



Tzvetan Todorov: “Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse (...) já que estamos falando de uma diminuição da população (indígena) estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode se comparar a essa hecatombe.”

Quase tudo que se sabe da história dos índios no Brasil é pela versão dos vencedores. Prezia foi ao encontro de fontes primárias, graças a seus anos de trabalho no Conselho Indigenista Missionário e de pesquisas acadêmicas sobre os relatos dos vencidos.

O livro abrange o período de chegada dos europeus, no século XVI, ao início do século XXI. Nossos indígenas acolheram os invasores como seres superiores dignos de reverência, talvez habitantes da “terra sem males” situada além das “grandes águas”, o oceano.

O autor descreve as atrocidades da conquista portuguesa, as guerras de Piratininga, a Confederação dos Tamoios, a vingança dos Caeté, a rebelião Guarani e a resistência indígena no Piauí. Expõe em detalhes a conquista da Amazônia e a reação dos Tupinambá, Aruã e Tremembé. Desfaz o mito, que vigora ainda hoje, a respeito dos bandeirantes paulistas, que semearam o terror para escravizar e exterminar aldeias inteiras.

O texto é entremeadado de heróicas histórias de resistência e esperança, como a de Maria Tatatxi, índia guarani Mbyá que, no início do século XX, deixou o Paraguai com a família em busca do “fim da terra”. Movida por grande força espiritual, passou pela Argentina; Porto Xavier, no litoral gaúcho; chegou às aldeias guarani do litoral paulista; até atingir a aldeia de Paraty Mirim, no Rio de Janeiro. Em 1972 se deslocou para Santa Cruz (ES) e, dali, para Aracruz, onde a empresa de celulose a expulsou com seu povo para a Fazenda Guarani, em Minas. Regressou a Aracruz em 1979, convencida de que era ali que o espírito de Nhanderu queria que ela e seus descendentes morassem. Em 1994, prestes a completar 100 anos, a morte a levou para a “terra sem males”. ♦



Assine o

PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

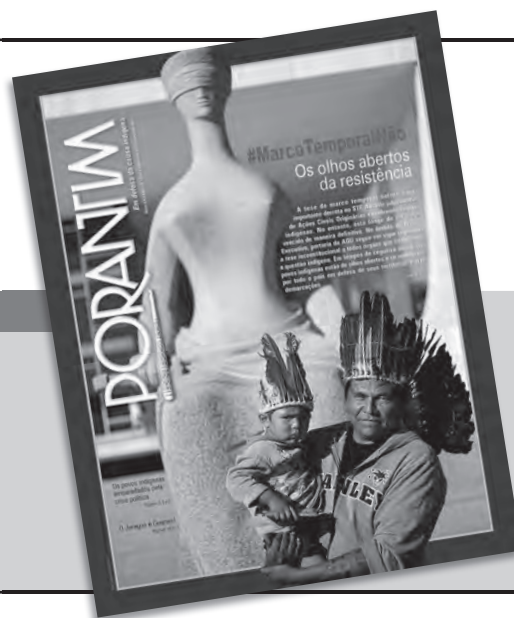
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
 Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Acampamento Terra Livre do sul da Bahia fortalece luta regional por territórios e políticas públicas

Cimi Regional Leste - Equipe Sul da Bahia

Nenhum Direito a Menos! Esse foi o tema que motivou e conduziu todas as reflexões e ações do 1º Acampamento Terra Livre (ATL) do sul da Bahia, envolvendo os povos Tupinambá de Olivença e Pataxó Hã-Hã-Hãe e contando com a presença de estudantes do povo Pataxó do extremo sul da Bahia. Aproximadamente 300 participantes passaram pelo ATL, promovido pela coordenação do sul da Bahia do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba).

O ATL sul da Bahia ocorreu entre os dias 21 e 22 de setembro na Praia da Avenida, ao lado da Catedral de São Sebastião, centro de Ilhéus. O evento foi definido no ATL-Bahia, realizado em Salvador no último mês de maio. O principal objetivo do acampamento foi o de dar continuidade às reflexões e encaminhamentos definidos no ATL Nacional, ocorrido na Capital Federal, em abril. Outro objetivo foi o de fortalecer o processo organizativo e de articulação dos povos indígenas do sul da Bahia. A mobilização visou ainda estabelecer um processo de diálogo com as instituições locais, com o Poder Público municipal e órgãos do Governo Estadual na busca por concretizar e garantir direitos adquiridos e políticas públicas voltadas às comunidades.

Para o coordenador executivo do Mupoiba, Kahun Pataxó, que esteve presente em todo evento e participou de diversas discussões, o ATL Sul da Bahia foi extremamente positivo no sentido de fortalecer o movimento indígena no Sul da Bahia, suas lutas e a garantia de seus direitos. Quando questionado quais seriam as principais lutas do movimento indígena no sul da Bahia, e como o Mupoiba pensa em apoiar estas lutas, Kahun foi taxativo: “A nossa principal luta é a reconquista e garantia dos nossos territórios”. E continuou: “Não é positivo fazer qualquer discussão sobre outras lutas a não ser a nossa garantia primeira e fundamental, que são os nossos territórios. Todos os outros direitos só podem ser assegurados depois que



Cacique Babau Tupinambá fala durante Assembleia dos Povos Indígenas do Sul da Bahia

tivermos os nossos territórios legalizados em nossas mãos. Os outros direitos só virão depois que tivermos o principal”.

Para a liderança indígena, “o Estado, como um todo, tem sido omissivo em relação à garantia dos direitos que temos. Na verdade, estamos tendo uma série de retrocessos, porque a Câmara dos Deputados tem colocado algumas ações, como a PEC 215 e outras medidas administrativas, como a PL 1610 (da mineração), todas elas retrocedem o nosso direito. A PEC 215 retira do Executivo a prerrogativa da demarcação dos territórios indígenas e repassa para os nossos principais inimigos do Legislativo formado pela bancada do Boi, da Bala e Bíblia. E para piorar ainda mais a nossa situação, temos hoje sobre as nossas cabeças a tese do Marco Temporal, como se a nossa história tivesse começado em 1988”.

Kahun analisa que a regularização das terras indígenas já ocorre pelo Decreto 1775, que estabelece procedimentos incluindo a participação de interessados não-indígenas nas terras a serem demarcadas. “Quem faz a homologação final desse processo é a Presidência da República. O Legislativo quer trazer para dentro do Congresso Nacional a prerrogativa de

demarcar. Eles vão dar a aprovação final e revisar os territórios já demarcados. Isso significa um decreto de morte aos povos indígenas. Por isso somos contra todas estas iniciativas que tentam retirar nossos direitos”, diz Kahun.

Portanto, o Pataxó acredita ser importante os povos discutirem a situação com as bases “pensando coletivamente como enfrentá-los. O ATL aqui em Ilhéus é uma oportunidade ímpar de darmos continuidade aos encaminhamentos que se iniciaram lá em abril, no ATL em Brasília, junto com os povos indígenas do Brasil. Foram referendados pelos povos indígenas da Bahia em maio, desta vez em Salvador quando do nosso ATL Estadual, e ainda vamos realizar os ATLs do Norte e do Oeste da Bahia. Este é um compromisso assumido pelo Mupoiba”.

Ainda nesta primeira parte do ATL, os representantes do Cimi Regional Leste Haroldo Heleno e Antônio Eduardo fizeram a análise de conjuntura, tendo como moderadora da mesa a liderança Tupinambá, Nádia Akuã. Foi abordada toda a problemática vivenciada hoje pelas comunidades indígenas diante do estado de exceção que vive o país após o golpe de estado e do domínio quase total da bancada ruralista sobre os rumos do Brasil. Neste contexto, os povos indígenas e seus direitos, que mesmo no governo anterior não eram respeitados e sofriam constantes violações, no governo ilegítimo que se instalou a situação tem a cada dia se degenerado; são ataques sobre ataques, a violência está numa crescente. E só mesmo a resistência e articulação dos povos e a união das lutas para enfrentar tamanho desafios.

Haroldo Heleno fez um retrospecto até o período do estabelecimento das “Capitanias Hereditárias”, um outro tipo de violência contra as comunidades Indígenas do Brasil. Heleno lembra, que a Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi considerada uma das capitanias hereditárias no Brasil a dar certo; e veio o primeiro questionamento: “Deu certo para quem?”. A conjuntura atual não deixa nenhuma dúvida a quem, de fato. →

→ Colonialidade do Poder

A história de Ilhéus remonta a época das capitanias hereditárias, quando D. João III doou vasta extensão de terra, 50 léguas de largura, ao donatário Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da corte real. Instalada em 1535 na Ilha de Tinharé, antigo domínio da Capitania de Ilhéus, a sede administrativa logo se mudou para a região da Foz do Rio Cachoeira, a chamada Baía de Ilhéus. Ainda que se falasse da terra as maiores maravilhas, o donatário da Capitania preferiu o luxo e o fausto da corte, enviando o déspota espanhol Francisco Romero para representá-lo na administração da capitania, ademais, enfrentar e depois pacificar a bravura dos índios tupinambás.

A própria história contada pelos invasores e dominadores demonstra, desde aquela época, o processo de violência, preconceitos e violações de direitos dos povos indígenas, realizada por um déspota espanhol e que se repetem ao longo da história, só que não mais por déspota espanhol, mas por déspotas brasileiros. E o próprio processo de “doação” de terra se assemelha muito aos processos de hoje onde as terras indígenas se tornam moedas de trocas para os “atuais escrivães” e amigos do rei Temeroso. No final da análise de conjuntura, os jovens Tupinambá fizeram uma intervenção e leram uma carta onde repudiam a postura de ataques aos seus direitos e se solidarizam com as outras lutas dos povos indígenas no Brasil.

O segundo dia do ATL foi dedicado às discussões sobre garantia de direitos, direitos a políticas públicas e a intervenção de lideranças indígenas nos diversos espaços dos municípios. Na primeira mesa Sobre Garantia de Direitos participaram o cacique Babau Tupinambá e Antônio Eduardo, do Cimi, além do deputado estadual Marcelino Gallo (PT) e Yulo Oiticica, coordenador executivo da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia da (SJDHDS). Esta mesa foi moderada pela liderança Rosilene Tupinambá representante das mulheres na CNPI.

A segunda mesa do dia aprofundou as discussões o sobre a questão dos direitos a Políticas Públicas tendo como expositores e debatedores a Dr^a. Celia Watanabe, Superintendente da Bahiater, Jerry Matalawe, Coordenador da Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas do Governo do Estado (CPPI), professora Geovana Batista, coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas Interculturais e da Temática Indígena da Universidade Estadual da Bahia (CEPITI\UNEB). Além de Geandro, Superintendente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR) e Marijane Gomes coordenadora do Polo Base de Ilhéus da SESAI. Wilson Pataxó Hã-Hã-Hãe foi o moderador desta mesa.

Na mesa que discutiu sobre os povos indígenas e os municípios, teve a liderança Cláudio Magalhães Tupinambá e o cacique Valdenilson Tupinambá, com a moderação do cacique Ramon Tupinambá, que também é representante da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais do município de Ilhéus. Esta coordenação foi recentemente criada no município e agrega indígenas, quilombolas, ribeirinhos e povos de terreiro.

O ATL ainda teve uma caminhada do local do evento até a Praça Cairu, no centro nervoso do município de



Ilhéus, para chamar a atenção da sociedade ilheense para as demandas e reivindicações dos povos indígenas presentes no ATL. Na caminhada se somou aos indígenas os povos de Terreiros, o Movimento Negro, a Teia dos Povos do Sul da Bahia, Parceiros e aliados das causas populares.

Participações

A dinâmica do ATL Sul da Bahia foi a de mesas expositoras e de diálogo com intervenções das lideranças e debate com a plenária. A mesa de abertura contou com a presença dos caciques Tupinambá, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vereadores e representantes da Câmara de Vereadores, o coordenador executivo da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia da (SJDHDS), Yulo Oiticica, além da coordenadora da CTL Ilhéus da Funai, Solange Ferreira, e da coordenadora do polo base da Sesai em Ilhéus, Marijane Gomes. Kahun Pataxó, coordenador Executivo do Mupoiba, fez a mediação da mesa.

Um dos destaques foi a representatividade de organizações e lideranças indígenas presentes no ATL: caciques, presidentes de Associações, professores, movimentos de mulheres, movimento jovem (o grande destaque de presença e participação), grupo de anciãos, agentes de saúde, movimento estudantil, grupos de produção, artesãos e movimento cultural. Além da presença de representantes de diversas organizações indígenas, como o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), Fórum de Educação Indígena da Bahia (Forumeiba), Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia (Copiba), Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena da Bahia (COEEEI), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) e também representantes do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Assembleia dos povos indígenas do Sul da Bahia

A Assembleia dos Povos Indígenas do Sul da Bahia foi realizada na aldeia de Acuípe de Baixo, quilômetro 30 da rodovia que leva Ilhéus ao município de Una. Contou com a presença de aproximadamente 250 participantes, na sua grande maioria do povo Tupinambá de Olivença. Parceiros e aliados dos povos se fizeram presentes nesta Assembleia, além de representantes de ONGs e outros movimentos de luta, tais como Instituto Raízes em Movimento do Morro do Alemão, Grupo de Resistência da Aldeia Maracanã do Rio de Janeiro e a Teia dos Povos do Sul da Bahia. A Assembleia fez parte das atividades do 1º Acampamento Terra Livre (ATL) do Sul da Bahia.

Após um intenso ritual, o coordenador regional do Mupoiba e um dos principais organizadores do ATL e da Assembleia, Agnaldo Pataxó, fez uma breve apresentação das atividades ocorridas durante o Acampamento. Toda a parte da manhã foi dedicada a um estabelecimento de diálogo com os parceiros e aliados e com as organizações internas das comunidades, foi realizada uma mesa de exposição com a representação do deputado federal Afonso Florence (PT) e de Joelson Ferreira, um dos coordenadores da Teia dos Povos do Sul da Bahia. Kahun Pataxó, coordenador Executivo do Mupoiba, e os caciques Valdenilson Oliveira, cacique anfitrião e representante da Apoime e coordenador local do Mupoiba, além da cacique Valdelice Amaral. Haroldo Heleno, do Cimi, foi o moderador da mesa.

As falas caminharam no sentido de apresentar aos presentes propostas, ideias, intervenções para fortalecer a organização, mobilização e articulação das comunidades e das lutas visando o enfrentamento, a realidade conjuntural apresentada e discutida durante o ATL. Incidências e ações de parceiros e aliados, mas em especial das próprias comunidades ali presentes.

O fortalecimento das bases, o desenvolvimento de um intenso processo formativo que priorize a juventude, a valorização e o envolvimento dos anciãos no processo organizativo das comunidades, o empenho das lideranças na mobilização e articulação das lutas, o envolvimento cada vez maior e articulado das diversas lutas na região - a exemplo da união dos povos indígenas, quilombolas, povos dos terreiros, camponeses e camponesas nos espaços como o da Teia dos Povos e do Micro Fórum de Luta por Terra e Cidadania, entre outros. A união das lutas campo e cidade também foi posta em tela, envolvendo uso das novas tecnologias e o reconhecimento e valorização das tecnologias próprias das comunidades como ferramental de lutas e empoderamento das mesmas.

A concretização das quatro grandes escolas da Teia: A Escola do Arco e da Flecha, que valoriza os conhecimentos indígenas; A Escola das Águas e dos Mares, que





Somaram-se ao povo Tupinambá lideranças de outros povos presentes e movimentos sociais

nasce das vivências dos pescadores(as), ribeirinhos(as); A Escola dos Tambores e Terreiros que fluem dos quilombos e dos povos negros; e a Escola da Floresta, do Cacau e do Chocolate que deve ser construída pelos camponeses(as) e pelos povos das florestas. Bem como a criação e o fortalecimento das redes de sementes crioulas: algumas das propostas refletidas e partilhadas pelos representantes da mesa de diálogo.

O cacique Babau Tupinambá, da Serra do Padeiro, afirmou: “Prestem bem atenção para o importante momento que teremos em 2018, durante o processo eleitoral. Esta é uma ótima oportunidade de passarmos o Brasil a limpo. Por isso é importante que nas comunidades se comece a discutir e a conscientizar sobre quem devemos apoiar nas próximas eleições, para que não se repita o que vem acontecendo e que motiva, cada vez mais, os nossos inimigos ocupando cargos de decisão, e aqueles que nos apoiam, cada vez mais vão diminuindo. Pois todos já sabem e sentem essa situação. Por isso prestem bem atenção para quem sempre está do nosso lado. Quem sempre nos apoia, quem está sempre presente em nossas lutas”.

As propostas e sugestões serviram para alinhar, agendar e encaminhar as lutas dos povos indígenas do sul da Bahia. Para o coordenador regional (sul da Bahia), Agnaldo Pataxó HãHãHãe, em avaliação preliminar, as atividades realizadas nestes três dias foram importantes, surpreendendo de forma positiva. O final da assembleia foi todo dedicado aos últimos preparativos para a XVII Caminhada dos Mártires Tupinambá, realizada no dia 24 de setembro.

“Tivemos muitas dificuldades, principalmente para a realização do 1º ATL em Ilhéus, mas também fomos muito ousados ao realizarmos o evento no centro da cidade, para chamar a atenção das autoridades, mas também para chamar a atenção da sociedade regional. Contamos com o apoio dos parceiros e aliados para concretizar este sonho, e queríamos destacar a presença em todas as etapas do Cimi, sempre junto e apoiando as nossas iniciativas. A nossa intenção agora é repetir todos os anos estas atividades: o ATL seguido da Assembleia, e ainda temos a Caminhada dos Mártires. Este foi um dos compromissos que assumi enquanto coordenador regional do Mupoiba. Queria também destacar a importante contribuição dos coordenadores locais, os caciques Valdenilson e Nane e do vice-cacique Curupaty para a realização do evento”.

XVII Caminhada dos Mártires: o povo Tupinambá por “Nenhum Direito a Menos!”

Manhã de domingo, 24 de setembro de 2017. Debaixo de muita chuva mesclada com um sol ardente, a rodovia entre Ilhéus e Una, no sul da Bahia, é tomada por uma multidão: o povo Tupinambá de Olivença realiza a XVII Caminhada dos Mártires. Em caminhada de aproximadamente sete quilômetros, da Vila de Olivença até a Praia do Cururupe, em Ilhéus, cerca de 2.200 pessoas participaram da edição, que faz memória à Batalha dos Nadadores, chacina comandada pelo governador-geral Mem de Sá, em 1559, contra os Tupinambá.

Segundo relato de Sá, quando dispostos ao longo da praia, “tomavam os corpos [dos indígenas assassinados] perto de uma légua” (apud João da Silva Campos. 2006 [1947]. Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus. 3 ed. Ilhéus, Editus, p. 186). A caminhada também faz memória da saga do caboclo Marcellino José Alves e de seus companheiros, que, nas décadas de 1920 e 1930, lutaram contra a penetração dos não-índios no território Tupinambá; em especial resistindo contra a construção da ponte do Cururupe, que possibilitaria o livre trânsito dos indígenas no local.

Este ano a caminhada foi precedida por dois eventos importantes para os povos indígenas do sul da Bahia: o 1º Acampamento Terra Livre (ATL) Sul da Bahia, nos dias 21 e 22 de setembro, realizado ao lado da Catedral São Sebastião, no Centro de Ilhéus, e a Assembleia dos Povos, no dia 23 de setembro, na Aldeia Acuípe de Baixo, divisa dos municípios de Una e Ilhéus.

Somaram-se ao povo Tupinambá lideranças de outros povos presentes nas atividades e uma grande diversidade de representantes de movimentos sociais, estudantes, pastorais e organismos da Igreja Católica, sindicatos, estudantes, entidades da sociedade civil, representantes governamentais e não governamentais. Não só da região, mas de todo o Brasil e até do exterior.

A caminhada dos Mártires Tupinambá é realizada desde o ano de 2000, quando a Diocese de Ilhéus propôs um gesto concreto da Campanha da Fraternidade daquele ano, que tinha como tema: “Dignidade Humana e Paz, Novo Milênio sem exclusão!” e tinha entre seus objetivos gerar uma proposta de um modelo de vida

em que valores morais e éticos exaltasse a dignidade da pessoa humana, evitasse as exclusões que marginalizavam, criar condições de paz, promover a solidariedade e a partilha.

Também tinha como objetivo a promoção do diálogo, o respeito à liberdade de consciência e de religião, a defesa do meio ambiente, a busca da verdade que liberta e de soluções não violentas para os conflitos sociais, a fim de que se criem condições de sobrevivência, inclusive para as futuras gerações.

Passados 17 anos, percebemos que a Caminhada mantém os mesmos propósitos e desafios daquela Campanha da Fraternidade. Na fala e manifestações de todas as lideranças e dos aliados e parceiros presentes, os objetivos estabelecidos na CF 2000 ainda se fazem necessários e urgentes.

Já caminhamos há 17 anos neste novo Milênio, mas as perseguições, o preconceito, a exclusão, a violência, as agressões ambientais, continuam atingindo as comunidades indígenas no sul da Bahia. Ainda continuamos buscando a Dignidade e a Paz e luta pela não exclusão dos Tupinambá.

Ao final do percurso, na praia do Cururupe, após intenso ritual, houve a fala dos anciãos, caciques e aliados. Em todas elas, se abordou a necessidade da urgência na demarcação do território Tupinambá. A morosidade do procedimento, por parte do governo federal e suas instituições, tem acarretado um intenso e orquestrado processo de criminalização das lideranças e uma série de violência e violações de direitos contra este povo. Por isso foi muito forte as palavras de ordem ao final do Porancim: DEMARCAÇÃO JÁ! DEMARCAÇÃO JÁ! E FORA TEMER!

Contra a tese do Marco Temporal, e rebatendo todos os argumentos fajutos dos inimigos dos povos indígenas, a faixa de abertura da Caminhada, que também foi elemento de reflexão do ATL e da Assembleia, resumia o pensamento e a determinação dos povos ali presentes: “A Nossa História não começa em 1988 – Não ao Marco Temporal”. E o tema da Caminhada: “Nenhum Direitos a menos!”. ♦

Uma carta do povo Guarani Mbya em defesa da Terra Indígena Jaraguá

Após uma intensa jornada de luta do povo Guarani pela revogação da Portaria 683/2017 do Ministério da Justiça, medida que cancelou a demarcação da Terra Indígena Jaraguá, de ocupação tradicional Guarani, o Governo do Estado de São Paulo, sediado no Palácio dos Bandeirantes, assassinos históricos dos povos indígenas, anunciou promessas de estabelecimento de diálogo para resolução da questão. Foi um importante recuo do governo estadual, conseguido por meio da luta e mobilização dos povos indígenas.

As comunidades indígenas e suas organizações estão atentas às manobras que o Governo do Estado de São Paulo vêm historicamente colocando em prática para se opor ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras de ocupação tradicional. Não abaximos a guarda nunca.

Em relação à Terra Indígena Jaraguá, em 31 de Janeiro de 2014 o governo estadual já havia firmado por escrito acordo com as comunidades Guarani; não apenas deixou de cumprir, como passou a atuar diretamente contra o reconhecimento do processo de demarcação, ingressando com o Mandado de Segurança 22086/2015 para anular a Portaria 581/2015, do Ministério da Justiça, que declarava 532 hectares da Terra Indígena Jaraguá como ocupação tradicional do povo Guarani. À época, uma aldeia do nosso povo, o Tekoa Ka'aguy Mbyte, que existia dentro da área de sobreposição com o Parque, foi desocupada por força desse acordo, que previa também uma série de outras medidas para garantir participação real das nossas comunidades na gestão do Parque. Fomos simplesmente enganados. Não aceitaremos mais promessas!

Agora, em 15 de setembro de 2017, o governo estadual divulga outro documento afirmando estar disposto à resolução da questão. A Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) vem agora se manifestar sobre os termos desse documento, que traz novamente uma série de tentativas de enganar nossas comunidades. Reiteramos nossa disposição ao diálogo, que sempre buscamos, mas apresentamos também condições sem as quais não é possível aceitar a proposta do Governo Estadual.

Em relação aos pontos "esclarecidos" pelo Governo do Estadual, apresentamos as seguintes considerações:

a) O governo do estadual afirma que "peticionou ao Superior Tribunal de Justiça, informando ao Ministro Relator a perda superveniente do interesse do Estado de São Paulo no Mandado de Segurança que havia impetrado, porque o novo ato sustou os efeitos do ato anterior cuja legalidade era questionada". O que o governo estadual diz é claro para nós: continuam aplaudindo a Portaria 683/2017 e defendendo a revogação da demarcação da Terra Indígena Jaraguá e tentam se fazer passar por aliados! Só desistem de brigar na justiça contra a nossa demarcação porque ela está cancelada e não porque concordam que ela volte a valer. Em relação a isso anunciamos: continuaremos lutando na Justiça pela revogação da Portaria 683/2017 através dos nossos advogados.

b) O governo estadual também afirma que a Secretaria do Meio Ambiente "deliberou normatizar a gestão compartilhada de Parques Estaduais que detenham áreas sobrepostas às aldeias indígenas". Novamente, o governo estadual joga com as palavras: não se trata no Jaraguá de "aldeias" sobrepostas ao

Parque Estadual, são as áreas de mata da TERRA INDÍGENA JARAGUÁ que são sobrepostas ao Parque Estadual. As aldeias Tekoa Pyau, Tekoa Itakupé e Tekoa Itaendy são disputadas por supostos proprietários particulares não indígenas. Caso o Governo do Estado não fizer tudo o que estiver no seu alcance para solicitar publicamente ao Ministério da Justiça a revogação da Portaria 683/MJ, permanecem em risco de despejo mais de 700 parentes que vivem nessas aldeias! Não sentaremos para dialogar sobre "gestão compartilhada", como propõe o Governo Estadual, enquanto eles não mostrarem sinceridade nas suas palavras. Sinceridade significa parar de jogar com termos jurídicos, e se manifestar publicamente pela revogação da Portaria 683/2017. O governo do estadual foi quem encomendou a revogação da demarcação para seus amigos do Ministério da Justiça. Se pediu uma vez e foram atendidos, podem pedir agora para o governo federal desfazer a injustiça que cometeram e voltar a respeitar nossos direitos!

c) O governo estadual afirma ainda que "Constituirá Comissão Intersecretarial para tratativas relativas ao tema da "sobreposição", através de reunião agendada para hoje. Mais jogos de palavras! Além da Terra Indígena Jaraguá, várias outras Terras Indígenas de Ocupação Tradicional (e não só aldeias!) são sobrepostas a Parques Estaduais. Isso sempre foi assim no Estado de São Paulo, porque os brancos desmataram todas as matas que as divindades deixaram para nós, e agora dizendo querer cuidar dessas áreas, buscam nos expulsar de nosso território para fazer das matas dinheiro para os ricos. Além das ações judiciais contra o Jaraguá, o Governo Estadual entrou com outras ações para expulsar nossas comunidades, no Litoral Norte do Estado, no Litoral Sul e no Vale do Ribeira. Como

vamos aceitar a criação de novas regras ("normatização") sobre gestão compartilhada, contrariando a legislação que já existe no país, enquanto o Governo Estadual - pelas costas - tenta obrigar o governo federal a cancelar todas as nossas demarcações?

Além disso, lembramos que o governo estadual se comprometeu durante nossas manifestações, com sua palavra gravada em vídeo, a não criminalizar as nossas lideranças que conduzem essa jornada de luta. Por que o Governo não colocou isso no papel? Será que é mais uma rasteira que querem nos dar? Pedimos a toda a sociedade brasileira que fique atenta junto conosco para não permitir a criminalização de nosso povo, de nossas lideranças.

Outra promessa registrada em vídeo, que não foi colocada no documento do governo estadual, foi a de garantia de não privatização do Parque Estadual do Jaraguá. Continuaremos em luta até que o governo desista totalmente do projeto de privatização dos parques estaduais, em todo Estado.

Saudamos a todos os parentes e apoiadores que continuam do nosso lado. Comemoramos o fato de termos alcançado uma primeira vitória nessa batalha, obtendo do governo do estado uma palavra pública de recuo, mas deixamos claro a todos que não cairemos nas armadilhas que os governantes jurua gostam de armar através do seus papéis.

Nunca o Parque Estadual do Jaraguá foi tão bem cuidado quanto nos em que protegemos ele em protesto contra os ataques dos poderosos.

Aguyjevete pra quem luta!

O Jaraguá é Guarani!

Foto: Comissão Guarani Yvyrupa

